

Aprovo.

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **Artigo 1.º**

#### **Identificação e objeto do procedimento**

1. O presente programa regula o procedimento do concurso público que tem por objeto principal a aquisição de serviços de assessoria de imprensa e consultoria de comunicação.
2. Os serviços objeto do presente concurso enquadram-se no CPV 79416200-5 (Serviços de consultoria em matéria de relações públicas).

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pessoa coletiva n.º 502 618 418, com morada no Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar e de escolha do procedimento**

A decisão de contratar e de escolha do procedimento foi tomada pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel Pinto da Rocha Afonso Carriço, no uso de competência própria, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 38.º do CCP.

#### **Artigo 4.º**

##### **Fundamento da escolha do procedimento**

O concurso público é o procedimento pré-contratual adotado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 5.º**

##### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.

#### **Artigo 6.º**

##### **Documentos de habilitação**

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 10 do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, via plataforma eletrónica, todos os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do referido artigo.
2. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de notificação da decisão de adjudicação.
3. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, é de 5 dias.

#### **Artigo 7.º**

##### **Documentos da proposta**

1. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, sob pena de exclusão:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
  - b) Documento(s) que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha(m) os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, isto é, o preço mensal e o preço total dos serviços objeto de contrato.

2. Os documentos da proposta devem ser assinados, de forma individual, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica, juntamente com os documentos da proposta, documento que ateste o poder de representação e assinatura, nomeadamente, a certidão permanente da empresa ou uma procuração devidamente reconhecida por entidade competente.

### **Artigo 8.º**

#### **Idioma dos documentos da proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, inclusive os documentos referidos no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem ser usadas palavras ou expressões em língua inglesa, que não consubstanciem uma redação integral, contínua ou corrida em língua inglesa, e que pela sua natureza e contexto não impliquem a inteligibilidade da proposta.
3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 do presente artigo, as fichas técnicas dos bens a fornecer que podem, em função da especificidade técnica das prestações objeto do contrato a celebrar, ser apresentadas em língua inglesa.

### **Artigo 9.º**

#### **Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

### **Artigo 10.º**

#### **Prazo para a apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, em <https://www.acingov.pt/>, até às 23:59 do **12.º dia** a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

### **Artigo 11.º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

### **Artigo 12.º**

#### **CrITÉrio de adjudicação**

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço total mais baixo. Em caso de empate será efetuado sorteio, na presença dos interessados, em data e local a designar pelo júri do procedimento.

### **Artigo 13.º**

#### **Caução**

Não será exigida a prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

### **Artigo 14.º**

#### **Celebração do contrato**

O contrato a celebrar será reduzido a escrito.

### **Artigo 15.º**

#### **Legislação aplicável**

A tudo que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do contrato a celebrar.